

REQUERIMENTO Nº: 0171/2025

Autor: Elias José de Magalhães e João Crente.

Resposta remetida pelo Sr. Prefeito Municipal através do ofício nº 0083/2025 – 16/06/2025.

Nobre Edil, a questão envolve carreiras distintas, com formações acadêmicas e grades curriculares próprias e, ainda, diferentes atribuições. Ainda mais, o reenquadramento funcional solicitado ofende o princípio constitucional de acessibilidade aos cargos públicos, que deve ser efetuado conforme dispõe o art. 37, II, da Constituição Federal pátria. Por fim, leciona Súmula Vinculante nº 43, do Supremo Tribunal Federal, assim:

“ É **inconstitucional** toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.”